

Territórios de Interesse da Cultura e da Paisagem (TICP): metodologias incertas de aplicação para uma episteme complexa.

Fernando Birello de Lima

O que é o TICP?

Os Territórios de Interesse da Cultura e da Paisagem (TICP) é um novo instrumento para a gestão urbana no Plano Diretor mais atual de São Paulo, que foi aprovado mediante iniciativa popular, no qual se reconhece uma região da cidade com concentração de espaços, valores ambientais, atividades e instituições culturais, assim como elementos urbanos materiais, imateriais e de paisagem significativos para a memória e a identidade da cidade. São, portanto, formadores de polos singulares de atratividade social, cultural e turística, de interesse para a cidadania cultural e o desenvolvimento sustentável (LAB CIDADE, 2019).

A presença de equipamentos culturais, patrimônios tombados e a atuação de movimentos e coletivos, juntamente a característica ambiental, representada por parques, remanescentes de vegetação nativa e áreas verdes, que formam um cinturão verde e compõem o perímetro como um ponto de diversidade cultural, social e ambiental. Existem aí grandes similaridades para o que foi estabelecida pela UNESCO em 1992 para Paisagem Cultural como uma categoria de bem cultural, tanto como conceito quanto episteme de pesquisa universal, mas o que os distingue, tecnicamente, seria o fato de que a UNESCO se limita a emitir uma certificação específica mediante respectivo relatório técnico, abrangente e transdisciplinar, enquanto o TICP existe e age na respectiva forma da Lei, apesar desta diferença, ambos são definidos pela interação entre o ambiente natural e as atividades humanas, onde se criam tradições, folclore, arte e outras expressões da cultura, resultando em uma paisagem natural modificada (UNESCO, 2012).

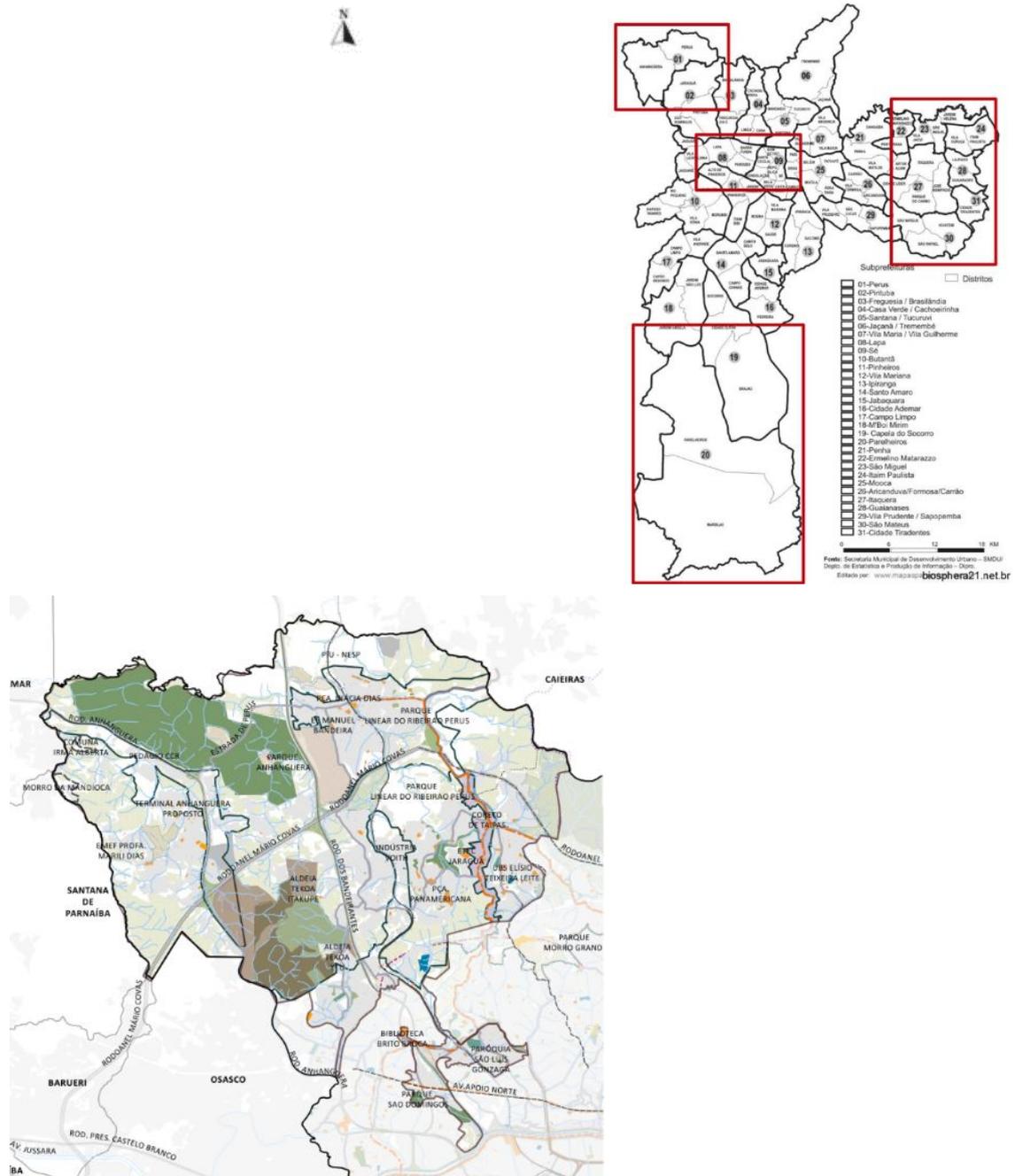
Para a pertinência de sua existência legal, e dado o fato da abrangência do conceito de certificação para uma Paisagem Cultural, um Território de Interesse da Cultura e da Paisagem só se viabilizou, como tal, por meio de recorte empírico territorial criterioso, baseado em discussões qualitativas, por iniciativas mistas de colaboração técnico políticas, mediadas, principalmente, por instâncias e atores públicos, o que resultou na formação da Universidade Livre Colaborativa, fundamental para a consolidação do conceito dentro da forma da Lei.

No caso do TICP Jaraguá-Perus, pioneiro, a experiência da universidade Livre Colaborativa iniciou-se em 2011, a partir do encontro da FAU-USP com lideranças sociais, artistas e professores no bairro de Perus, e gerou atividades experimentais didático-pedagógicas, de enfrentamentos e construção de soluções de questões urbanas e sociais na região (SANDEVILLE JR, 2016).

A distensão qualitativa dessas ações, mediante dinâmicas, trabalhos e relatórios realizados pelos grupos de trabalhos componentes resultou em grande articulação e pressão popular para que, no plano Diretor de 2014 fossem reconhecidos e criados os dois primeiros TICPs paulistanos: o Jaraguá Perus, naturalmente, e o Paulista Luz, sendo que ainda foram propostos outros 4 TICPs, os de Bororé/Colônia-Capivari/Monos, São Mateus, Oeste e Tietê¹, os quais (Fig.1), apesar da não aprovação imediata, não foram descartados por suas coletividades como episteme viável.

¹ Disponível em <http://biosphera21.net.br/5-TICP.html>

Fig.1 – Demarcação dos 6 TICPs propostos para o Plano Diretor de São Paulo, de cima pra baixo, e da esquerda para a direita: Jaraguá Perus, Oeste, Paulista Luz, São Mateus, Tietê e Bororé/Colônia-Capivari/Monos; Detalhe do TICP Jaraguá Perus, com seus respectivos equipamentos.



Fonte: Biosphera 21, modificado pelo autor, 2019; Prefeitura de São Paulo, 2016.

Enquanto recorte empírico, o Território de Interesse da Cultura e da Paisagem Perus- Jaraguá englobou os distritos de Perus, Anhanguera, Jaraguá e se estendeu parcialmente no distrito de Pirituba, abrange diversos equipamentos culturais, ambientais e educacionais existentes, alguns desde as primeiras ocupações coloniais, em se somando a tantos outros que contam parte da história de formação da cidade e do estado de São Paulo, e isso sem se contar a extensa área de preservação da biodiversidade da Mata Atlântica e da terra indígena Guarani.

Desdobramentos político-pedagógicos (2016-2019)

desenho espacial e sistêmico de maneira mais lúdica, mantendo-se essa fluência restrita aos profissionais e pesquisadores da Arquitetura, Urbanismo e Engenharia envolvidos. Necessitam-se formas dinâmicas, inovadoras e participativas para a solução colaborativa e solidária de problemas respectivas ao TICP, inclusive a geração de renda a partir da educação, do conhecimento e do compromisso com o espaço público e a qualidade ambiental.

A uma produção autogerida, co-projetada em consonância com os pormenores e condicionantes inerentes ao TICP, primaz, especialmente falando, para uma transparente gestão e boa modelagem da informação, pode-se fazer um paralelo com ações e discussões realizadas por entidades de fomento para Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (ATHIS²), como o Coletivo Peabiru³, por exemplo, onde se notam dificuldades similares, e em se somando a abstração e o rigor das entidades fiscalizadoras e também responsáveis por esse tipo de ação pública, colaborativa, dificultando-as pela exigência de intrincados e inacessíveis, ainda que necessários, estudos de viabilidade de construção. Tanto a formação específica para tal fluência espacial, assim como para se desenvolver ações de Assistência Técnica para HIS parecem exigir metodologias ativas e híbridas de inserção nas comunidades e nos territórios abrangidos, através de oficinas de formação, de maneira bastante parecida com o que se trabalha enquanto educação patrimonial e ambiental, mas que exigiria uma condução perceptiva mais relacionada às discussões do Design Sistêmico (BISTAGNINO, 2009), o que pode ajudar consideravelmente, tanto na “alfabetização” espacial dos envolvidos, quanto na fomentação de um pertencimento ao sítio, ao território, consolidando essa caracterização epistemológica inovadora do TICP para outras territorialidades potenciais além da cidade e do estado de São Paulo.

Referências

BISTAGNINO, Luigi (original); KRUCHEN, Lia (trad.) Design sistêmico: uma abordagem interdisciplinar para a inovação, **Cadernos de estudos avançados em design: Sustentabilidade II**; Barbacena EdUEMG, 2009.

CARVALHO, Caio Santo Amore de *et. Al.* Construindo redes para políticas de assistência técnica em HIS: a experiência das oficinas ATHIS em São Paulo. **Seminário URBFAVELAS**, Rio de Janeiro – RJ – Brasil, 2016. Disponível em: <http://www.peabirutca.org.br/>

DE PAOLI, Arianna; GIULINI, Serena; NINNI, Alice. **Systemic Design in simple words**. Dissertação de mestrado. Orientador: Paolo Tamborrini; Departamento de Arquitetura e Design da Escola Politécnica de Turim, 2011-2012;. Disponível em <http://www.systemicdesign.org/>

LAB CIDADE. Territórios de Interesse da Cultura e da Paisagem em São Paulo – TICP. In **Direito à paisagem e ao ambiente: Universidade Livre e Colaborativa**. São Paulo -SP, 2019. Disponível em <https://www.labcidade-paisagem.fau.usp.br/4-TICP-geral/>

NETTO, V. M.; BRIGATTI, E.; MEIRELLES, J.; RIBEIRO, F. L.; CACHOLAS, C. Cidades como informação. **V!RUS**, São Carlos, n. 19, 2019. [online] disponível em: <http://www.nomads.usp.br/virus/_virus19/?sec=4&item=1&lang=pt>. Acesso em: 13 Dez. 2019.

PEABIRU TRABALHOS COMUNITÁRIOS E AMBIENTAIS (Org.). **Caderno ATHIS - oficina de assistência técnica em habitação de interesse social**. Cartilha. Coletivo ATHIS. São Paulo, 2016. Disponível em <https://www.athis.org.br/biblioteca/>

SANDEVILLE JR., Euler. **Programa Universidade Livre e Colaborativa: Processos Colaborativos de Construção do Conhecimento e Aprendizagem em Ação (2003-2012; 2012-2015)**. Núcleo de estudos da Paisagem. on line, São Paulo, 2018.

² <https://www.athis.org.br/>

³ <http://www.peabirutca.org.br/>

SÃO PAULO, Prefeitura Municipal de. Seção II - Dos Territórios de Interesse da Cultura e da Paisagem – TICP. **LEI Nº 16.050. 31.** São Paulo - SP, Julho de 2014.

_____. **Caderno de Propostas dos Planos Regionais das Subprefeituras: Macrorregião Norte 2 - Casa Verde, Freguesia do Ó/Brasilândia, Pirituba/Jaraguá, Perus.** Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, São Paulo – SP, dezembro de 2016.

SCIFONI, Simone. Paisagem cultural. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural.** 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. (verbete).

UNESCO. **Cultural Landscapes.** Sítio digital, disponível em whc.unesco.org/en/culturallandscape/ 1/19, acessado em 11/05/2019.